

X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

RUBENS BEÇAK

WILLIAM PAIVA MARQUES JÚNIOR

JOSE GARCÍA-AÑÓN

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

P474

Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/2020

Coordenadores: Rubens Beçak; Jose García-Añón; William Paiva Marques Júnior – Florianópolis: CONPEDI, 2020 / Valência: Tirant lo blanch, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-015-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Crise do Estado Social

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. X Encontro Internacional do CONPEDI Valência – Espanha (10:2019 :Valência, Espanha).

CDU: 34

X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Apresentação

A coletânea ora exposta é composta dos trabalhos aprovados, apresentados e debatidos no Grupo de Trabalho: “Pesquisa e Educação Jurídica”, no âmbito do X Encontro Internacional do CONPEDI, realizado entre os dias de 04 a 06 de setembro de 2019, na cidade de Valência /Espanha, promovido em parceria entre o Conselho Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e a Universidad de Valencia (UV), e que teve como temática “Crise do Estado Social”.

Os trabalhos apresentados desenvolveram de forma percuciente diversas temáticas atinentes à pesquisa e educação jurídica, especialmente: os impactos das novas tecnologias no ensino jurídico, a necessidade de resgate da criatividade na Era Digital, o ensino jurídico e a prática judicial, a análise estratégica do Direito com um aparato humanitário, afetivo e personalizado, o perfil dos egressos dos cursos jurídicos e a importância do cinema no ensino jurídico.

Frederico de Andrade Gabrich e Tiago Lopes Mosci propõem uma reflexão sobre a racionalidade da prática judicial brasileira e sua correlação com o conhecimento científico vigente acerca do Direito e com o ensino jurídico. Defendem a mudança no modelo mental predominante no ensino jurídico brasileiro, das principais metodologias utilizadas e a revisão dos pressupostos científicos do Direito são condições indispensáveis para uma prática jurídica mais adequada às exigências de fundamentação dos Estados de Direito democráticos.

Tamer Fakhoury Filho e Luiza Machado Farhat Benedito, com fundamento na teoria da Análise Estratégica do Direito demonstram como o profissional do Direito pode obter retorno positivo com a mudança do modelo mental e com o uso da Análise Estratégica do Direito.

Francisco Cardozo Oliveira e Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira abordam o ensino e a aprendizagem do direito no Brasil, na perspectiva da formação humana que, além da teoria e da prática, tenha em consideração o afeto e o caráter fraterno da preocupação com o outro. Utilizam-se a ideia de “ensinagem” para caracterizar uma forma de vida e de experiência de ensino e aprendizagem no direito, utilizando-se como exemplo a compreensão

da relação entre bioética e direito. Busca-se estabelecer os fundamentos de uma pedagogia do exemplo capaz de favorecer a construção do humano e, conseqüentemente, contribuir para a compreensão do direito e da justiça.

André Luis Vedovato Amato e Rubens Beçak propõem a partir do relato narrativo reconstruir a experiência pedagógica desenvolvida na disciplina “Estado, Direito, Poder e Ideologia: uma visão a partir do cinema”. Sistematizam as experiências pedagógicas desenvolvidas identificando-se os conteúdos teóricos, seu desenvolvimento, as atividades realizadas, para compreender ao final aos resultados apresentados e se estes correspondem aquilo junto à formação e aos métodos formativos utilizados, servindo-se como uma função diagnóstica, completando o ciclo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de educação jurídica.

William Paiva Marques Júnior e Raquel Cavalcanti Ramos Machado abordam no contexto da contemporaneidade, em que novas mídias se apresentam na aquisição e na construção do saber, e em que se requer habilidade do profissional para resolver problemas com criatividade, conectando informações de áreas diversas, tornando necessária a superação do modelo tradicional exegético e reducionista.

Com grande satisfação os coordenadores apresentam a presente obra, agradecendo aos autores /pesquisadores envolvidos em sua produção pelas ótimas reflexões surgidas e debatidas, bem como ao CONPEDI e à Universidad de Valencia (UV) pela organização e realização do venturoso evento.

Nutrimos a esperança que a obra ora apresentada sirva de contributo para um novo olhar sobre a Pesquisa e a Educação Jurídica. Excelente leitura!

Prof. Dr. Rubens Beçak- USP

Prof. Dr. Jose García-Añón- UV

Prof. Dr. William Paiva Marques Júnior- UFC

**ESTADO, DIREITO, PODER E IDEOLOGIA: UMA VISÃO A PARTIR DO
CINEMA: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE EXPERIÊNCIA ACERCA DO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

**STATE, POWER, LAW AND IDEOLOGY AS VIEWED THROUGH MOVIES: A
CASE STUDY FROM EXPERIENCE OF TEACH AND LEARNING PROCESS**

André Luis Vedovato Amato ¹
Rubens Beçak ²

Resumo

Adotando como paradigma teórico da docência como condição profissional e prática complexa, o artigo propõe a partir do relato narrativo reconstruir a experiência pedagógica desenvolvida na disciplina Estado, Direito, Poder e Ideologia: Uma visão a partir do cinema. Sistematiza-se as experiências pedagógicas desenvolvidas identificando-se os conteúdos teóricos, seu desenvolvimento, as atividades realizadas, para compreender ao final aos resultados apresentados e se estes correspondem aquilo junto a formação e também aos métodos formativos utilizados, servindo-se como uma função diagnóstica, completando o ciclo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de educação jurídica.

Palavras-chave: Pesquisa e educação jurídica, Projeto politico-pedagógico, Métodos de ensino, Direito e cinema

Abstract/Resumen/Résumé

In the theoretical paradigm the teaching is understand like a professional condition and a complex praxis. The article propose is make a narrative reconstruction of pedagogics experience developed in course named State, Power, Law and Ideology as viewed through movies identifying the educational system with three elements: the theory, educational practices and the results. Its intent to confront the plan and the made in course, take practices, and experience in a diagnostically function.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Law and movies, Law education and research, Pedagogics planing, Teach methods

¹ Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Bolsista do Programa de Apoio ao Ensino - PAE/USP

² Professor de Graduação e Pós-graduação da FDRP-USP. Mestre e Doutor em Direito Constitucional e Livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Universidade de São Paulo USP

INTRODUÇÃO

Como paradigma epistemológico a prática docente é entendida como condição profissional e prática complexa. A docência é uma condição profissional que se estrutura sobre práticas e saberes próprios intrínsecos a própria natureza da profissão ligadas a dimensão pedagógica considerada a partir da existência de cinco eixos relacionados a organização dos saberes nos apresentados por Maria Isabel Cunha (2010, p.19) desenvolve a discussão considerando a existência de núcleos privilegiados de ação relacionados com o contexto da prática pedagógica, nisto cumpre mister a identificação da ambiência da aprendizagem; os contextos sócio histórico dos discentes; o planejamento das atividades de ensino; e, por fim, como elemento central desta pesquisa a avaliação da aprendizagem, por meio de um processo continuado.

O esforço acadêmico aqui presente vincula-se à experiência desenvolvida como junto à disciplina Estado, Poder, Direito e Ideologia: uma visão a partir do cinema, oferecida como matéria optativa eletiva no 9º período do bacharelado em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto no ano de 2018. Portanto, a partir da descrição e da reflexão sobre as atividades desenvolvidas o escopo analítico-reflexivo sobre a meta de desenvolver e reforçar a autonomia dos discentes junto à condição de sujeito dos processos de aprendizagem (CUNHA, 2010, p. 24), que se horizontaliza como sua finalidade. Neste sentido adota-se como método a reconstrução da experiência entendida seguinte ordem: "*reconstruir, ordenar o acontecido, para compreender e interpretar o acontecido e para poder então transformar e tirar lições dessa própria experiência*" (HOLLIDAY, 2006, p. 230);

Se a já referida disciplina tem como escopo objetivo propiciar aos alunos a compreensão e retomada de pressupostos teóricos de modo a instigar o acadêmico a repensar, redefinir e reconstruir os fios de continuidade da reflexão socioeconômica sobre questões afeitas ao Estado, ao Poder, ao Direito e a Ideologia, por meio da rediscussão da literatura de Teoria do Estado sob a ótica do cinema e suas influências na formação didática do discente, portanto, propõe-se obter e extrair de lições da própria experiência evolutiva do identificando as matrizes da formação utilizadas por meio da configuração de campos teóricos e a sua imbricação prática, no campo didático e política, para ao fim, e em consequência do processo avaliativo, compreender de forma reflexiva se o trabalho organizativo de argumentos e de racionalidades foram efetivos na prática formativa.(CUNHA, 2010).

As atividades desenvolvidas e os dados colhidos, além das experiências vividas são descritas e narradas, buscando proceder a sistematização das experiências didáticas desenvolvidas por meio da reconstrução dos fatos que se sucederam no decorrer do curso em questão, visando a ordenação e identificação de como se sucederam, se perceberam e viveram estes processos formativos, buscando compreender e interpretar as causas e as razões de fundo extraíndo, assim, lições da própria prática (HOLLIDAY, 2006), explicitando, desta forma, o caráter qualitativo e analítico-reflexivo do presente artigo.

Após a identificação das ações organizadas a partir dos saberes sistematizados na construção complexa das dimensões cognitivas, culturais e subjetivas que se objetivam no desenvolvimento da disciplina, verificar-se-á se a formação fora consistente aos argumentos de caráter epistemológico e político que se estabelecem junto ao campo didático-institucional, projetado por meio de seu projeto político pedagógico e, em dependência das múltiplas regulações dos sistemas de ensino que, em geral, relativizam a possibilidade de autonomia docente (CUNHA, 2010, p. 25). Objetiva, ainda, compreender a efetividade dos métodos alternativos de ensino, em especial, o uso de meios audiovisuais: cinema, documentários e animações, como meios de mediação e transposição para a sala de aula de conteúdos previamente delineados, transcendendo a pura abstração acadêmica e permitindo o desenvolvimento de um pensamento crítico e articulado junto as diversas disciplinas na composição do todo.

1. DOS LIMITES E DA CONFORMAÇÃO INSTITUCIONAL.

Ao final do primeiro ciclo formativo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto constatou-se a necessidade de alguns ajustes e aprimoramentos no Projeto Pedagógico da Unidade especialmente com relação à grande prevalência de atividades em sala de aula em período integral, que inviabilizavam a realização de outras atividades acadêmicas pelos discentes. Portanto, indicou-se a necessidade de flexibilização curricular e uma maior interdisciplinaridade, logo como objetivo institucional foi proposto a criação de *"um modelo de graduação que possa repercutir na sociedade, no sistema de justiça e nas demais ações relacionadas à formação jurídica. Desse modo, busca-se que a extensão à comunidade aconteça de modo indissociável do ensino e da pesquisa, tendo por pressuposto a concretização de um curso mais contextualizado e integrado à realidade política e social em que se insere"* (FDRP, 2016).

Ainda que tradicionalmente o componente vinculado à docência seja expresso na tarefa da educação escolarizada realizada por meio da socialização e distribuição de um corpo de conhecimentos estabelecidos e legitimados pela ciência e pela cultura, tendo por valor intrínseco a erudição, e seu elemento fundamental a lógica organizacional do conteúdo (partes e pré-requisitos, reflexo dos objetos), e é caracterizada pela lógica da neutralidade, da erudição, da metodologia de demonstração, de parâmetros de avaliação e disciplina. (CUNHA, 2010, p. 31 - 32). Leva-se em conta a crítica ao paradigma do ensino tradicional é insuficiente para o aluno, pois, de modo geral, é que deve o professor estimular o aluno a voltar, de forma sintética, todo o percurso de desenvolvimento da ciência, visto que o ensino tradicional é voltado apenas para apresentar ao aluno a síntese, o resultado, e ignora todo o processo mental anterior que foi desenvolvido para se chegar aquele resultado final da pesquisa (MASSETO, 2010).

O curso fora estruturado de modo a tornar-se um centro de referência, de padrão internacional, em ensino, pesquisa e extensão no campo jurídico, com impactos significativos em seu contexto sociopolítico e econômico regional, tendo por missão formar bacharéis em Direito com excelência, a um tempo capazes de acessar e exercer de maneira qualificada os postos da vida jurídica e acadêmica, e de contribuir para o desenvolvimento do direito, das instituições republicanas e das relações sociais com equidade, democracia e solidariedade. (FDRP, 2016, p.10/11). Por meio do fornecimento de conhecimento jurídico, capacidade crítica e de pesquisa, efetivados a partir do compromisso com a transformação social, com a solução criativa de problemas e com a autonomia de pensamento objetiva contribuir com a redução das desigualdades sociais, com a construção de uma sociedade democrática e com a afirmação das diversidades a partir de diferentes formas de articulação, desde a local até a global, através de parcerias e diálogos com instituições nacionais e internacionais, comunidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e empresas.

Por experiência entende-se um tipo de objeto cultural, logo deve ser compreendido. É constituída por ações e omissões, percepções, sensações, emoções e interpretações de fatos que produzem resultados através de uma cadeia de reações estimuladas. São processos inéditos e irrepetíveis caracterizados pelas particularidades de seus atores, aos quais os ensinamentos devem ser comunicados e compartilhados. Desenvolve-se por meio de um processo sócio histórico, dinâmico, complexo e consistente; individuais e coletivos sob o qual intervêm elementos como as condições do contexto econômico, social e político, local ou mundial; ademais de situações particulares de cunho geográfico, institucional ou pessoal que se desenvolvem externamente (HOLLIDAY, 2006).

A apresentação de diferentes abordagens que se aproximam devido a seus elementos constitutivos essenciais, seu significado reflete a ideia de pensar a ação docente, seus objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos e avaliativos é, portanto, uma ação refletiva elaborada permanentemente a partir da prática educativa com características próprias, sendo seu objeto de ação: sujeitos em processo de formação humana que se complementam e se interpenetram na ação didático-

pedagógica a ser concluída a longo prazo por meio de uma atitude de caráter contínuo e científico. (SILVEIRA, 2005).

Desta forma, é caracterizada a ação docente como um processo continuado por meio de intencionalidade de ações de proceder operacional reveladora da ausência de neutralidade nas ações de ensino. Para tanto, faz-se necessária a realização de um diagnóstico, de uma situação de análise e reflexão sobre o circunstante, o local e o global. É dizer, averigua-se a quantidade de alunos, os desafios impostos pela sociedade, as condições físicas da instituição, os recursos disponíveis e as estratégias de inovação e expectativas pedagógicas, culturais, filosóficas e institucionais, além dos níveis intelectuais e as condições socioeconômicas dos discentes; em suma, analisa-se as condições objetivas e subjetivas de todos os agentes envolvidos no processo a ser realizado, com o objetivo final de desenvolver uma prática formativa relacionada com o projeto da universidade. (SILVEIRA, 2005)

O Regime didático é entendido a partir da adoção de um conjunto de técnicas e métodos que objetivam realizar uma formação de excelência, por meio da integração entre teoria e prática, evitando o caráter excessivamente teórico e abstrato tendente a marcar a educação jurídica, e favorecendo a capacitação efetiva para os desafios da profissão e da cidadania; através da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Sua concretização ocorre por meio do desenvolvimento de disciplinas inovadoras, voltadas para a formação interdisciplinar, crítica e articulada a partir métodos de ensino inovadores, que transformem a sala de aula e a transcendam, valorizando formas de avaliação justa que contribuam de modo efetivo para o aprendizado, integrem teoria e prática, associando pesquisa, ensino e extensão, tendo em vista a realização de uma perspectiva interdisciplinar (FDRP, 2016, p. 15-18).

O regime didático é operacionalizado por meio do plano e do planejamento formal da disciplina; destarte, planejar significa pensar e distribuir as atividades no tempo de forma a atender metas e objetivos a partir de um instrumental técnico que norteie conscientemente as ações realizadas. O planejamento é um processo organizativo de sistematização, previsão e decisão com o fito de garantir a eficiência e a eficácia de uma ação inserida em vários setores da vida social; é um ato político pedagógico ao revelar intenções e intencionalidade a partir da exposição daquilo que se realiza e pretende atingir como finalidade. Seus conceitos estão (re)definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e em relação ao ensino superior apresenta características próprias pois objetiva a formação do sujeito enquanto pessoa a fim de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida (SILVEIRA, 2005). Trata-se, portanto, da capacidade de dimensionar o tempo disponível relacionando as condições dos alunos às metas de aprendizagem estabelecidas, pressupondo o domínio do conhecimento específico da matéria em desenvolvimento, sua estrutura conceitual e prática, além das possibilidades de relações a serem estabelecidas (CUNHA, 2010, p. 22).

Destaca Libâneo (2009) a ideia que o plano de ensino deve ser adequado a formação do pensamento teórico-científico com base em conhecimento e ações mentais. Este plano deve iniciar pela análise de conteúdo e neste identificar o princípio nuclear (que é a relação geral estabelecida entre os elementos que constituem um objeto de estudo); e estudo da gênese e dos processos investigativos do

conteúdo (identificação das ações metas); construção de conceitos ao redor do núcleo conceitual maior; formulação de tarefas de aprendizagem com base em situações-problemas (possibilita a formação e desenvolvimento de capacidades e habilidades cognitivas); e as formas de avaliações de forma que os critérios utilizados atendam ao programa e a forma de ensino pensada.

Do planejamento da disciplina, este evolui para a criação do plano de mediação, ou seja, pela sequência de operações e previsões de ações com vistas a operacionalizar alternativas concretas à transformação da realidade, sendo o plano a antecipação da sucessão de iniciativas de transformação, sua atividade reflexiva é a projetiva-mediadora, com a função de representar prefiguradamente a ação a ser feita a partir do caminho a ser seguido segundo a imagem mental. O resultado do projeto é a produção de atividades que direcionem o modo de ação ao fim proposto, estruturando um novo ato de trabalho por meio da imagem formativa de sua execução, para isto devem ser levados em consideração os meios disponíveis ou potenciais, assim como a tomada de decisão quanto às formas de realização do proposto (VASCONCELLOS, 2012, p. 85).

O projeto político pedagógico reflexiona sobre a necessidade e as possibilidades de se avaliar dentro de um processo de aprendizagem na qual o instrumento avaliativo é mais um método a serviço da educação. Do ponto de vista das competências e habilidades buscadas na formação, o bacharel em Direito deverá ser capaz de assimilar e compreender as demandas da comunidade, de modo a permitir que o sistema normativo, aberto, dialogue com o meio em que se insere, com vistas à concretização dos fundamentos republicanos e democráticos do Estado brasileiro, previstos constitucionalmente, com destaque para formação sólida com habilidade de criar e interpretar dados empíricos que permitam a avaliação de políticas públicas, reconhecendo demandas determinadas e suas relações com o Direito, a partir de uma aplicação crítica dos conhecimentos teóricos adquiridos em situações do cotidiano profissional, com valorização e respeito pela diversidade cultural e consolidação dos valores democráticos e direitos humanos (FDRP, 2016, p.12).

De mais a mais, a avaliação deve assumir uma função didática formativa, mas necessita de critérios explícitos e transparentes, visto serem circunstanciais e dinâmicos, variando conforme as situações fáticas. Portanto, tais critérios de transparência, também são pressupostos de coerência estabelecendo critérios de realização e critérios de resultados, elencando pontos positivos e negativos cabendo ao educador buscar alternativas pedagógicas que contemplem as individualidades dos alunos, dentro de um processo avaliativo transparente, útil e claro (GESSINGER; et Al., 2010). Pode-se dizer que se trata do exercício de uma função diagnóstica, devendo os métodos avaliativos acolherem as dificuldades, identificando-as e oferecendo estratégias de superação, devendo evitar a função classificatória, considerando o avanço obtido individualmente tema a tema durante o curso. A promoção de uma concepção de avaliação do aluno como sujeito de sua própria aprendizagem implica na realização de articulações necessárias para o desenvolvimento planejado de uma ação dinâmica e interativa,

devendo ser uma ação permanente e reflexiva que ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, a partir da qual se pressupõe o conhecimento os instrumentos e procedimentos avaliativos necessários a cada conteúdo trabalhado, desenvolvendo uma permanente investigação e atualização didático-pedagógica.

O conceito de Atividade é o fundamento do trabalho docente na organização do ensino, compreendido como unidade de análise do desenvolvimento humano por meio da interdependência entre o conteúdo de ensino, as ações educativas e os sujeitos envolvidos. Para isso, aborda os processos de apropriação da cultura humana e o papel do trabalho coletivo na constituição e formação dos sujeitos, destacando a atividade de ensino como um modo de realização da educação. Nesse sentido, o texto apresenta e discute as potencialidades do conceito de Atividade Orientadora de Ensino (AOE) que, ao ser planejada e desenvolvida a partir dos elementos da Atividade - necessidade, motivos, objetivos, ações e operações, possibilita o desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos que a realizam. A qualidade de mediação da Atividade Orientadora de Ensino se evidencia ao possibilitar que o sujeito singular se aproprie da experiência humana genérica na direção do pensamento teórico. (MOURA; ARAUJO; MORRETI; PANOSSIAN; RIEIRO, 2010).

Trata-se de fornecer um olhar jurídico em torno do material cinematográfico a respeito da formação e do desenvolvimento do Estado e suas consequências para a vida individual e em sociedade. É uma forma de permitir a análise sobre a influência de fatores sociais, psicológicos, políticos e econômicos na formação e instrumentalização do Estado. De forma a induzir o aluno a produzir imagens dinâmicas e vivenciar em sala de aula as realidades sociais que implicaram ou implicam na formação do Estado contemporâneo (LACERDA, 2012). O autor indica que o filme selecionado compreendido como complemento da atividade formativa, deve guardar dentro do possível o mesmo tema dos conteúdos didáticos esperados de forma a fixar os conceitos necessários à compreensão do conteúdo.

2. DDP9019 – ESTADO, DIREITO, PODER E IDEOLOGIA: UMA VISÃO A PARTIR DO CINEMA

A disciplina Estado, Direito, Poder e Ideologia: uma visão a partir do cinema, é oferecida como matéria optativa eletiva no 9º período do bacharelado em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, a partir do desenvolvimento de métodos alternativos de ensino,

em especial o uso de meios audiovisuais como o cinema. Tais instrumentos são meios de transposição à sala de aula de conceitos abstratos, de forma a transcender a pura abstração acadêmica para a formação de um pensamento crítico e articulado com traços de interdisciplinaridade objetivando propiciar aos alunos a compreensão e retomada de pressupostos teóricos de modo a instigar o acadêmico a repensar, redefinir e reconstruir os fios de continuidade da reflexão socioeconômica sobre questões afeitas ao Estado, ao Poder, ao Direito e a Ideologia.

A disciplina é um instrumento de ensino que totaliza 90 horas de atividades, das quais subdivide-se em créditos-aula e créditos-trabalho totalizando 4 créditos. De acordo com o Calendário Oficial da Universidade para o ano de 2018 foram totalizados 17 dias letivos dos quais optou-se por desenvolver um projeto de 13 dias letivos, sendo 6 vinculados aos créditos-aulas, a partir de aulas expositivas; 5 aulas vinculadas à apresentação e debates dos conteúdos audiovisuais compatíveis com o conteúdo; e o restante dos dias letivos, ficaram vinculados à atividades de avaliação, recuperação ou reposição, tal qual se fez necessário no decorrer do semestre.

A primeira aula da disciplina ocorreu no dia 01 de março. O cronograma de curso foi dividido baseando na ideia de aula expositiva com conteúdo teórico seguida de um filme sobre o assunto trabalhado, para na aula do filme haver discussão. O curso busca rediscutir a literatura de Teoria do Estado sob a ótica do cinema e suas influencias na formação didática do discente. A disciplina ainda busca apresentar e debater algumas questões que integram o campo interdisciplinar dos estudos sobre o próprio Estado, buscando também oferecer elementos para a compreensão das transformações do Estado Contemporâneo, integrando, com o Projeto de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento, dando nova aplicabilidade ao Projeto Político Pedagógico.

O curso combina aulas expositivas - temáticas - e análise de textos e conceitos. A partir da definição de temáticas importantes para a disciplina volta-se à uma abordagem prática com utilização de meios audiovisuais selecionados de modo a possibilitar o conhecimento, a compreensão da problemática implicando no desenvolvimento de debates e discussões a respeito das perspectivas apresentadas. A discussão da problemática é proposta por meio de filmes que, ao longo do tempo, trabalharam as respectivas temáticas a saber: Estado: origem, histórico, evolução, situação atual; Poder: definição, perspectiva sociológica, evolução, problemática; Direito: evolução, relação com o Estado e o poder, situação atual, os direitos humanos e seu impacto; e por fim, Ideologia: definição, evolução, problemática.

As propostas de atividades conduzidas visavam avaliar a capacidade organizativa e interpretativa a partir do uso de recursos didáticos, textos selecionados, textos complementares e material de apoio, de modo a contribuir os objetivos da disciplina desenvolvida e o projeto político pedagógico ao propiciar aos alunos a compreensão e retomada de pressupostos teóricos de modo a instigar o acadêmico a repensar, redefinir e reconstruir os fios de continuidade da reflexão socioeconômica sobre questões afeitas ao Estado, ao Poder, ao Direito e a Ideologia.

Definiu-se critérios objetivos, prévios para a avaliação: Presença e Participação vinculada a aportes de ideias novas e não repetidas em sala de aula a partir do marco teórico indicado previamente, e entrega de relatórios parciais ao final de cada módulo a partir de matriz de correção a ser aplicada. Sendo a nota final a média aritmética da nota obtida a partir da avaliação parcial, com a nota obtida no trabalho final. E em caso de recuperação: trabalho específico a ser passado e, suplementarmente, pelas normativas da FDRP-USP.

A operacionalização das notas de participação e presença ocorreu da seguinte forma: os discentes recebem um conceito por aula, variável entre 0 (zero) a 3 (três), sendo que 0 (zero) indica ausência em sala; 1 (um) indica presença, mas sem falar nada ou participar da aula com o mínimo de interesse; 2 (dois) indica presença com participação no debate, porém com opinião de senso comum ou desvinculada do tópico da aula ou do marco teórico em questão, conforme plano de aula disponibilizada no primeiro dia da disciplina. Por fim, o conceito 3 (três) indica presença em aula, com participação em debate com opinião embasada a partir do marco teórico adotado e previamente disponibilizado.

Ainda, evitando problemas e os diagnosticando com antecedência a adoção deste método torna-se a mais adequada visando suprimir suas falhas, visto que os ganhos didáticos de sua utilização são compatíveis com os objetivos da disciplina e o interesse dos discentes de último ano, de forma a não gerar sobrecarga, tampouco um esvaziamento da matéria. Seu objetivo é permitir uma diluição da nota no decorrer do semestre.

As participações em todas as atividades totalizaram um máximo de 33 pontos. 33 pontos, equivaleria a nota 10. Desta forma, com uma regra de três simples, sobre a totalidade de pontos individual, tem a nota de participação e presença. Ao final, presença e participação, compôs uma das 5 matrizes de avaliação, que foi integrada, com cada uma das atividades, da qual a partir dela, computou-se a nota parcial. Em uma média simples das notas atribuídas em cada um dos quesitos, a saber: presença e pontualidade, vinculação aos textos-base, lógica argumentativa; correção da ideia vinculada; correção linguística. É dizer, cada atividade tem

sua própria matriz de nota, na qual, cada item tem 2 pontos, que totalizam 10. A partir disto, define-se a nota de cada atividade, em média, formando uma média das atividades.

A partir da definição de todas as notas de participação nos debates, far-se-á uma média total das atividades. Assim, vai ser composta a nota parcial. Ao final, esta nota parcial, será feita uma média simples com o artigo. De forma a ser representada pela fórmula $\{[(AV1+AV2+AV3+AV4+AV5)+MMAV2]+Part\}/6$ = AVALIACAO PARCIAL. Nota Final: $(AP + AF) / 2$ no Software processador de planilhas, conforme demonstrado junto ao anexo 7.

O modulo I do curso, denominado Estado: origem, histórico, evolução e situação atual, busca a partir de um desenvolvimento histórico-evolutivo compreender a origem e a formação conceitual do Estado, a partir do entendimento de Dalmo Dallari que o caracteriza como “*a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território*” (DALLARI, 2010, p. 119). Era esperado que houvesse compreensão do conceito de finalidade do Estado, instrumentalizado por meio do bem-comum, entendido a partir da encíclica *Pacem in Terris* (1963), do Papa João XXIII: “*O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua sociedade*”. Para tanto, desejava-se que os alunos desenvolvessem sua argumentação por meio do método histórico-evolutivo, é dizer:

"Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender a sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época." (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.106)

O núcleo central de discussão deste módulo são os conceitos de soberania e estado, e principalmente a presença do estado na sociedade atual, e algumas perspectivas relativas a seu futuro. A base conceitual teórica foi desenvolvida a partir dos textos elaborados por Rubens Beçak, Enrique Ricardo Lewandowski e Dalmo de Abreu Dallari, conforme bibliografia indicada.

Era esperado que os alunos identificassem a partir da evolução histórica do conceito de Estado o surgimento dos conceitos de soberania e poder a partir da dos conceitos de soberania, abordando ideias como a soberania milenar, secular e feudal, além das diferenças proporcionadas pela Soberania Imperial e o Sacro-Império Romano Germânico

(LEWANDOWSKI, 2004). A partir reafirmação da ideia soberania, faz-se necessária a compreensão a respeito da formação do Poder Constituinte e seu exercício implicando no questionamento sobre ser a Democracia uma ideia hegemônica (BEÇAK, 2014).

Entendendo que se trata de formas do exercício de poder pelo e para o Estado, esperava-se a formação e o debate a respeito dos elementos que compõe a ideia de soberania popular (BEÇAK, 2013a). A identificação dos conteúdos relacionados à democracia e suas formas de distorção era considerado como pré-requisito para analisar as diferenças entre o modelo da democracia grega clássica e a democracia moderna (BEÇAK, 2013b). A partir dos conceitos desenvolvidos pelo Marques de Siez referente aquilo que seria o terceiro estado dever-se-ia discutir a conformação daquilo denominado como povo ante as grandes perspectivas informadoras da Civilização Ocidental, a saber: inglesa, francesa e americana, e seu exercício de poder direta ou indiretamente, implicando na discussão a respeito da democracia moderna e a crise do sistema representativo, para ao final chegar a importância dos direitos humanos na formação e construção do conceito de Estado (DALLARI, 2007).

A atividade apresentada tem por objetivo o desenvolver o processo de ensino-aprendizagem por meio da apropriação pelos sujeitos dos conceitos teóricos trabalhados, organizando as atividades por meio da apropriação destes conhecimentos teóricos (MOURA; ARAUJO; MORRETI; PANOSSIAN; RIBEIRO, 2010). Neste sentido, era esperado que os alunos por meio do desenvolvimento de um texto discursivo, de caráter crítico, demonstrassem seu posicionamento e as suas reflexões, formalmente e de maneira articulada, a partir de interpretações e avaliações racionais e sérias sobre a temática proposta.

Ao discorrer a partir do conceito de finalidade do Estado, instrumentalizado por meio do bem-comum, era esperada a identificação de relações existentes entre o público e o privado (COUTO; BEÇAK; PEREIRA; 2009) com a atual crise da democracia representativa (BEÇAK; 2009b) averiguando a partir de elementos de cultura geral e capacidade de interligar os conceitos, buscando-avaliar a sensatez da opinião apresentada e a plausibilidade das reflexões proferidas, conformando as respostas por meio de paralelos aos elementos formadores do Estado, a saber: Povo, Território e Soberania (BEÇAK, 2013).

Afim de tornar possível a análise e a documentação destas informações pelos estudantes, a escolha do texto dissertativo-argumentativo era a forma de averiguar a capacidade de raciocínio e formulação teórica. Trata-se das ações, assim definidas a partir da situação problema apresentada por procedimentos de como trabalhar os conhecimentos teóricos implicando na resolução dos problemas de aprendizagem (MOURA; ARAUJO; MORRETI; PANOSSIAN; RIBEIRO, 2010).

O recurso didático, entendido a partir os procedimentos metodológicos que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem, são as operações caracterizadas pelo uso do recurso audiovisual.

Selecionou-se o documentário denominado Silencio 63¹ e o vídeo da audiência pública em Ipatinga/MG do Sr. Edivaldo Fernandes junto a Comissão Nacional da Verdade², os quais, tratam do pouco falado Massacre de Ipatinga no ano de 1963, considerado pelo diretor a porta de entrada para o Regime Militar que sufocou a democracia no país por 21 anos.

Os estímulos desenvolvidos a fim de estabelecer relações entre a teoria e a prática, identificando estas relações assim como o funcionamento do poder, indicando o relacionamento entre o público e o privado, e questionassem essas relações a partir da finalidade do Estado concretizada pelo conceito de bem-comum. Foram dadas informações³ referentes ao contexto do filme e a explicação de seu diretor aos estudantes visando a compreensão e a percepção da obra ao representar o silêncio como o medo de um Estado estruturalmente violento e opressor traçando paralelos entre a estória narrada e a atual realidade brasileira.

No mesmo sentido referente às consequências silenciamento de uma população, indicava a clássica distopia Orwelliana, 1984, na qual o autor cria o ficto Ministério da Verdade que tem por função modificar a história passada de modo a deixá-la de acordo com a vontade daqueles que detém poder, como um exemplo de atuação excessiva do poder do estado para compreender o papel das narrativas e seu domínio na construção do poder do estado.

O prazo para a realização da atividade era de duas semanas, e sua avaliação foi feita a partir da divisão em cinco critérios, cada um deles valendo dois pontos, que ao total, cumpririam a nota 10, relativa a atividade. São os critérios pontualidade na entrega, argumentação, vinculação aos conceitos trabalhados em aula, nos filmes, nos textos e nos demais instrumentos disponibilizados. O resultado da atividade é demonstrado na tabela abaixo, e sua discussão se dará em conjunto com as demais atividades no próximo capítulo.

¹ SILENCIO 63. Direção de Fábio Nascimento. Brasil: Flávia Vilela, 2011. Disponível online: <https://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/silencio-63/>. Acesso em 28/05/2019.(24 min.)

² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Audiência Pública. Oitiva testemunha: Edivaldo Fernandes. Disponível online em <https://www.youtube.com/watch?v=KXlhCrkcAfM>. Acesso em: 28/05/2019.

³ Sinopse: Quase 50 anos após o violento embate entre operários grevistas de uma siderúrgica mineira em Ipatinga e militares, Silêncio 63 aponta a câmera para os 'nós' formados nesta cidade calada. Uma cidade que testemunhou, em primeira mão, o ensaio geral do que veio a ser Golpe Militar de 1964 e que sufocaria o país por 21 anos. É o silêncio que nos conta esta história. A cidade de Ipatinga, no Vale do Aço mineiro, preenche as lacunas do calado, do reprimido e do omitido com um silêncio passivo. O trágico incidente ficou conhecido como Massacre de Ipatinga. Sinopse: Quase 50 anos após o violento embate entre operários grevistas de uma siderúrgica mineira em Ipatinga e militares, Silêncio 63 aponta a câmera para os 'nós' formados nesta cidade calada. Uma cidade que testemunhou, em primeira mão, o ensaio geral do que veio a ser Golpe Militar de 1964 e que sufocaria o país por 21 anos. É o silêncio que nos conta esta história. A cidade de Ipatinga, no Vale do Aço mineiro, preenche as lacunas do calado, do reprimido e do omitido com um silêncio passivo. O trágico incidente ficou conhecido como Massacre de Ipatinga. Comentários do Diretor: A câmera é apontada para este silêncio em que sua geração foi criada e mantida e com o qual ele próprio teve de lidar, na adolescência, quando pela primeira vez ouviu, entre amigos da escola, boatos sobre o tal massacre. Na escola não se fala. Em casa não se fala. No cinema muito menos. Em posse de uma única fotografia, decidiu, então, reparar. E perguntar. Se interessou mais pelo fato de ainda não se falar sobre o incidente, tanto tempo depois, que pelo evento em si. Em realidade, o “Massacre de Ipatinga” havia sido resultado de um choque entre militares e operários da Usiminas, em 7 de outubro de 1963, fato que, posteriormente, foi diretamente ligado ao Golpe Militar que ocorreria no ano seguinte, em 31 de março de 1964. Ipatinga é uma cidade jovem, emancipada quatro semanas após o golpe, desenvolvida em torno da Usina – órgão vital da cidade. Os envolvidos vivem ainda nas mesmas casas. E o silêncio também.

TABELA 1. APROVEITAMENTO TURMA/ATIVIDADE

Pontualidade		Vinculação aos Textos-Base		Argumentação		Correção da Ideia		Correção Linguística		Total	
Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%
72,00	64,29	52,00	46,43	71,00	63,39	97,00	86,61	100,00	89,29	392,00	70,00

O módulo II denominado Poder: definição, perspectiva sociológica, evolução, problemática, teve início com a retomada referente a evolução do conceito de democracia, para tanto fez-se necessária a indicação das condições necessárias ao seu exercício, como a existência de Constituição (BEÇAK, 2011), a Separação de Poderes entendida como a divisão de competências e funções tal qual indicado por Montesquieu (BEÇAK, 2008) e Direitos Humanos. A abordagem se aprofunda a partir da evolução dos direitos humanos, suas correntes (inglesa, francesa e americana); classificação dos sistemas políticos, conceito de oposição (BEÇAK; 2009b). Abordou-se as formas de estado e sua vinculação com os direitos humanos. O estado de direito, portanto é o limite que a sociedade civil estabeleceu ao exercício do poder, (BEÇAK; 2011). Houve questionamento por parte dos estudantes à respeito do julgamento do Habeas Corpus do Presidente Lula junto ao STF, como estímulo, foi usado como instrumento didático ao discutir mérito da questão apresentando a discussão de princípios a fim de discutir como momento paradigmático do direito, relacionado à cisão entre uma posição clássica e uma contemporânea de entendimento e harmonização do ordenamento jurídico vinculado à ideias de modernização do direito para garantia de sua eficácia, eficiência e efetividade (BEÇAK; 2008)

*Noticias para Carmen*⁴ é um documentário curta-metragem produzido e dirigido pelo Professor Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NIS/UFRJ. O filme se utiliza de uma produção a tornar evidente seu caráter social de mídia-ativismo, visando trazer questionamentos a respeito da realidade democrática brasileira, identificando as condições necessárias e suficientes para o seu funcionamento. Questiona se o regime no qual

⁴ NOTÍCIAS para Carmen. Direção e Produção: Leonardo Diniz do Couto. Brasil: Digital. 2012. Disponível online em <https://curtadoc.tv/curta/politica/noticias-para-carmen/>. Acesso em 28/05/2019. A sinopse apresenta *este filme curta-metragem consiste num contraponto ao discurso comum das autoridades públicas, exemplificado por uma fala da presidente do TSE, Carmen Lúcia, que insiste que a democracia está consolidada no Brasil. No filme este discurso é questionado através da pergunta pelas condições necessárias e suficientes para o funcionamento de uma democracia. A resposta à questão sobre se o regime no qual vivemos, depois das muitas lutas pela redemocratização, é realmente democrático é sugerida por imagens e dados das eleições municipais de 2012.*

vivemos, depois das muitas lutas pela redemocratização, é realmente democrático é sugerida por imagens e dados das eleições municipais de 2012.

A operação didática desenvolvida segue o padrão metodológico da atividade anterior e se repetirá nas demais atividades que serão o padrão de análise para comparação e extração das conclusões ao final da parte descritiva, ou seja, a partir do curta-metragem exibido desenvolve-se um texto dissertativo-argumentativo tendo como arcabouço teórico os conteúdos dados em sala de aula e dos textos disponibilizados para leitura, tratando os elementos históricos destacados, examinando os cenários, o contexto e os elementos apresentados, para a partir disto traçar paralelos aos elementos conformadores do Estado (BEÇAK; 2013), abordando necessariamente a crítica trazida pelo diretor em relação à eficácia das eleições como forma de exercício da soberania popular, contrapondo à visão da Ministra identificando as condições necessárias para a construção de um regime democrático e como este conceito está vinculado com a face conceitual do Estado

A operação didática implicava na confecção de texto discursivo, de caráter crítico, no sentido de demonstrar o posicionamento e as reflexões pessoais, formalmente e de maneira articulada, a partir de interpretações e avaliações sobre o tema discorrendo sobre as relações estabelecidas entre poder e democracia, em especial em relação à ideia de soberania popular e sua influência nos processos de tomada decisão política. A partir dos fatos apresentados entre o filme, gravado em 2012, as manifestações de junho de 2013, e o processo de Impeachment de 2016 a construção histórico-evolutiva faz-se presente para compreensão da evolução dos institutos ligados à democracia, dos elementos que compõe e caracterizam o sistema democrático.

O prazo para a realização da atividade foi de duas semanas, e sua avaliação foi feita a partir da divisão em cinco critérios, cada um deles valendo dois pontos, que ao total, cumpriram a nota 10, relativa a atividade. São os critérios pontualidade na entrega, argumentação, vinculação aos conceitos trabalhados em aula, nos filmes, nos textos e nos demais instrumentos disponibilizados. O resultado da atividade é demonstrado na tabela abaixo, e sua discussão se dará em conjunto com as demais atividades no próximo capítulo.

TABELA 2. APROVEITAMENTO TURMA POR ATIVIDADE

Pontualidade		Vinculação aos Textos-Base		Argumentação		Correção da Ideia		Correção Linguística		Total	
Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%
77,00	68,75	59,00	52,68	49,00	43,75	96,00	85,71	94,00	83,93	375,00	66,96

O Módulo III denominado Direito e Poder: situação atual, os direitos humanos e seu impacto desenvolveu-se a partir da discussão a respeito da construção da democracia e a

sua realização na sociedade. Partiu-se da crítica ao sistema democrático, apresentando o perfil da deliberação na modernidade e a questão da criação de direitos, questionando ideias como direito a felicidade e a polissemia da palavra democracia. A construção da democracia e seu exercício, diferenciando do governo e seu exercício discutindo elementos ligados ao sistema político (BEÇAK; 2012) temas ligados a eficácia das eleições como forma de exercício da soberania popular; construção de um regime legitimamente democrático (LONGH; BEÇAK; 2010). Apresentando a ideia de inter-relação entre moral, religião e direito e a possibilidade de limitação da democracia (BEÇAK; 2012b). Debateu-se a laicidade do estado a partir da ideia francesa de educação republicana (BEÇAK; 2006). Encerrou com a discussão sobre o conteúdo moral no constitucionalismo, e com a crítica a prática hegemônica cristalizada no tempo por meio da repetição. A presença da simbologia religiosa no Brasil, junto ao drive da turma.

O Ciberativismo do *Koora Tunisie*⁵, da brasileira Patrícia Basseto, feito a partir de um depoimento de exclusivo concedido a mim em abril de 2012 por jovens revolucionários do grupo chamado *Koora Tunisie*, uma das páginas de resistência tunisinas. A operação didática desenvolvida segue o padrão metodológico das demais atividades deste trabalho, ou seja, a partir do curta-metragem exibido desenvolve-se um texto dissertativo-argumentativo tendo como arcabouço teórico os conteúdos dados em sala de aula e dos textos disponibilizados para leitura analisando cenários e contextos a partir elementos conformadores do Estado, analisando a relação entre direitos humanos e democracia a partir da internet como elemento de integração e mobilização pela conquista de direitos, questionando como a internet poderia ser um meio de participação política e conseqüente meio de aperfeiçoamento democrático.

Debates permitiram a articulação entre os conceitos e a realidade, discutindo a Revolução de Jasmim sob a perspectiva do uso da internet como novo elemento de mobilização e integração do povo (LONGH; BEÇAK; 2010) compreendendo a relação entre direitos humanos e democracia e levando a discussão sobre o papel da internet como elemento de integração e mobilização pela conquista de direitos (BEÇAK; 2012b). Questionamentos a

⁵ CIBERATIVISMO do *Koora Tunisie*. Direção e Produção: Patricia Barreto. Formato Digital. Brasil: 2012. Disponível Online em: <https://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/o-ciberativismo-do-kooora-tunisie/> Acesso em: 28/05/2019

⁶ Sinopse: Um documentário realizado a partir de depoimentos de jovens revolucionários tunisianos que explicam a revolução de Jasmim e o papel de fato do ciberativismo em nossos tempos. Patrícia Basseto conseguiu um relato exclusivo via skype de jovens revolucionários tunisinos. Comentários do Diretor: Este documentário foi feito a partir de um depoimento de exclusivo concedido a mim em abril de 2012 por jovens revolucionários do grupo chamado *Koora Tunisie*, uma das páginas de resistência tunisinas. O que importa aqui é o discurso dos ativistas, sua revolução, sua forma de ver o mundo, por isso uma tarja preta para a legenda. O discurso se deu em francês, segundo idioma da Tunísia. Espero que este documentário ajude a entender um pouco mais sobre os fatores que levaram e levam a revolução árabe

respeito das diferenças entre grupos minoritários e como essas questões devem ser tratadas pelo direito e pelo Estado concretizando em exemplos como as minorias ante ao desenvolvimento do estado laico e a problemática da representatividade desses grupos perante o Estado.

TABELA 3. APROVEITAMENTO TURMA POR ATIVIDADE

Pontualidade		Vinculação aos Textos-Base		Argumentação		Correção da Ideia		Correção Linguística		Total	
Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%
85,00	75,89	54,00	48,21	71,00	63,39	98,00	87,50	93,00	83,04	401,00	71,61

O modulo IV denominado Ideologia: definição, evolução, problemática, buscou a partir da conformação do Estado Social, compreender o presente e o futuro do Estado a partir da ideologia dominante (DALLARI, 2007). Tratou-se da evolução dos direitos sociais a partir do conceito de culturalidade como elemento de equalização entre a liberdade e a igualdade, produzindo-se debates a respeito do direito a ocupação, a não passar fome retomando pressupostos da teoria da dependência (COUTO; BEÇAK; PEREIRA; 2009).

O objetivo metodológico era encontrar denominadores comuns entre as diferentes culturas (tipo a vida) e proteger princípios, identificando a importância e o modo da ideologia ser demonstrada nos filmes, visto haver *poucas diferenças entre curtas-metragens e longas-metragens em relação à capacidade de comunicar ideologia. No entanto, o modo como eles comunicam a ideologia está relacionado às especificidades da forma, que são ditadas pelo diferencial na comunicação semiótica e na construção narrativa* (RAWLE, 2013) e como isto afeta a formação do estado. Seguindo o padrão metodológico adotado nas demais atividades a partir dos curtas-metragens exibidos, selecionou-se as *Animações - El Empleo*⁷⁸ e *Happiness*⁹¹⁰

⁷⁷ EMPLEO, El. Direção: Santiago Bou Grasso. Escritor: Patricio Gabriel Plaza. Argentina: 2008. Digital (7 min). Disponível Online: <https://www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM>. Acesso em 28/05/2019

⁸ EL EMPLEO: El empleo (O emprego) é um curta-metragem argentino muito famoso, ganhador de diversos prêmios pelo mundo, feito em 2008 e com direção de Santiago Bou Grasso. A animação trata de maneira impactante sobre trabalho. A ideia e a história foram de Patricio Plaza, roteirista e produtor desse curta maravilhoso que, com menos de 7 minutos, consegue questionar muito bem a ideia/conceito comum de trabalho. “El empleo” possibilita tantas reflexões, que é capaz de atingir, de forma angustiante, a nossa percepção mais profunda sobre o trabalho. O curta é um exemplo doloroso e, nem por isso, longe da realidade do cenário social, que abriga milhões de pessoas em busca de emprego, de salários melhores, de valorização e satisfação profissional. Com maestria, o curta ilustra muito bem a relação Homem x Trabalho e reflete um olhar do Homem como um mero objeto, sem um gota de piedade.

⁹ HAPPINESS. Direção e Produção. Steve Cutts. Animação. Reino Unido (2017). Disponível Online: <https://www.youtube.com/watch?v=m-zT1cyEhHE> Acesso em 27/05/2019

¹⁰ HAPPINESS: O curta de animação Happiness (2017), do britânico Steve Cutts coloca em questão esse conceito de felicidade na atual sociedade de consumo baseada na competição e nos modelos de conquistas oferecidos pela

solicitava-se a execução de um texto dissertativo-argumentativo, tendo como arcabouço teórico os conteúdos dados em sala de aula e dos textos disponibilizados para leitura.

A identificação e articulação das ideias propostas pelas animações, estimularam o debate e análise do Direito à Felicidade como fim último do Estado e objetivo da construção democrática. Como habilidade a atividade exigia a identificação da ideologia norteadora dos curtas-metragens solicitando a apresentação fundamentada da relação teórica com a formação do conceito de Estado, ainda, identificando a crítica sistêmica que as visualizações conjuntas das animações proporcionam a ética regente da sociedade (TEIXEIRA; BEÇAK, 2009).

TABELA 4. APROVEITAMENTO TURMA POR ATIVIDADE

Pontualidade		Vinculação aos Textos-Base		Argumentação		Correção da Ideia		Correção Linguística		Total	
Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%
86,00	76,79	52,00	46,43	67,00	59,82	94,00	83,93	91,00	81,25	390,00	69,64

3. DA CONFRONTAÇÃO ENTRE O PLANEJADO, O EXECUTADO E OS RESULTADOS OBTIDOS.

A partir dos conteúdos abordados e desenvolvidos no curso durante o semestre, assim como dos debates, reflexões realizadas por meio dos filmes e dos textos bases, a compreensão do Estado a partir da atual situação de crise social, política e econômica e seus reflexos no Estado Democrático de Direito era o objetivo pedagógico da disciplina.

Conforme se demonstrou dos dados coletados houve baixo aproveitamento da leitura dos textos bases e por vezes sua incompreensão, tal fato ficou evidenciado ao ser o quesito com menor pontuação, atingindo um máximo de 52,68% de aproveitamento geral e um mínimo de 46,43%. Tal fato se concretizou em respostas genéricas e apesar da boa argumentação e lógica apresentada, os argumentos partiam de pressupostos de senso comum. Houve um desinteresse pela parte teórica da disciplina.

Ainda que a disciplina buscasse apresentar e debater questões que integram o campo interdisciplinar dos estudos sobre o próprio Estado, oferecendo elementos para a compreensão das transformações do Estado Contemporâneo, integrando, com o Projeto de Pós-

Publicidade. E principalmente como numa sociedade construída sobre a ideia de competição generalizada, os modelos de felicidade somente podem realizar-se como ideologia. Em termos de retórica visual, todo o argumento do curta é inspirado na analogia de homens com ratos: vagões de metrô, calçadas e locais de trabalho apinhados de ratos antropomorfizados, correndo e lutando em ritmo frenético, cada um por si.

Graduação em Direito e Desenvolvimento, dando nova aplicabilidade ao Projeto Político Pedagógico do curso de graduação. O desinteresse demonstrado na formação teórica conceitual remete a necessidade de discussão da bibliografia indicada e um melhor aproveitamento destes textos.

Este fato também aponta para uma falha em relação à habilidade de teorização indutiva a partir do estímulo dado. O uso dos meios audiovisuais como complementos e operações didáticas tinham por objetivo aumentar a sensibilidade e a apreensão dos conteúdos. Todavia, o resultado geral foi insatisfatório, ainda que a variação de aproveitamento se encaixasse no período entre 49 e 71 por cento.

A Atividade Audiovisual 2, que obteve menor aproveitamento neste quesito concorreu com a realização do exame da OAB. Trata-se de elemento externo que exerce influência. Podendo chegar à conclusão que o interesse dos discentes está mais vinculado ao exercício prático, ainda que pequem no correto uso dos conceitos e conteúdo. Há um desejo de formação meramente técnica por parte destes, que explica o desinteresse na formação teórico-abstrata, tal fato é evidenciado pela desconsideração de análises que envolvam o caráter histórico evolutivo.

Não houve análise crítica, tampouco identificação das instituições envolvidas. Entretanto, uma das características foi o bom aproveitamento dos debates trazidos em aula, aparecendo nos textos diversas sínteses de ideias discutidas em sala de aula além de ampla ligação com fatos da atualidade, tal qual o assassinato da Vereadora Mariele Franco no Rio de Janeiro, o que permite concluir que os discentes estão identificando os elementos conformadores do poder e do Estado no dia a dia, executando um dos objetivos da matéria, qual seja, a operacionalização de conceitos abstratos com situações concretas no mundo real.

TABELA 5. PANORAMA GERAL APROVEITAMENTO POR ATIVIDADE

Quesitos/Atividades	Pontualidade		Vinculação aos Textos-Base		Argumentação		Correção da Ideia		Correção Linguística		Total	
	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%	Pontos	%
Atividade 1 – Silencio	72,00	64,29	52,00	46,43	71,00	63,39	97,00	86,61	100,00	89,29	392,00	70,00
Atividade 2 – Noticia	77,00	68,75	59,00	52,68	49,00	43,75	96,00	85,71	94,00	83,93	375,00	66,96
Atividade 3 - Koora Tunisie	85,00	75,89	54,00	48,21	71,00	63,39	98,00	87,50	93,00	83,04	401,00	71,61
Atividade 4 - Animações	86,00	76,79	52,00	46,43	67,00	59,82	94,00	83,93	91,00	81,25	390,00	69,64

As propostas de atividades que foram durante ambas as monitorias, visavam a abranger as diferentes dimensões da docência no Ensino Superior, a partir da contribuição com a organização dos recursos didáticos, seleção de textos complementares e material de apoio, e outros andamentos técnicos-operativos necessários à compreensão das atividades propostas. O monitor de mestrado desenvolveu as atividades de monitoria com os alunos de graduação, sempre sob a supervisão do docente responsável, a fim de conformar a base teórica, com as discussões em aula e com as atividades realizadas. Coube ao monitor facilitar o diálogo entre os alunos e o professor.

Para Holliday (2007, p. 237) Para se analisar a experiência, são três as condições de **caráter pessoal, ter o interesse e a disposição em aprender** da experiência visando produzir conhecimento da experiência; ter sensibilidade para **deixar falar a experiência** por si mesma, e a decomposição analítica dos distintos **aspectos de uma experiência, diferenciando os distintos elementos presentes**, identificando os **fatores mais importantes ou decisivos** e suas formas de relacionamento para **desenvolver as devidas capacidades de produção teórica**.

Neste sentido o trabalho justifica-se ante necessidade de se colocar em uma situação de aprendizagem a fim de propiciar a produção de novo conhecimento derivado a disposição em aprender pela experiência. Aproveitando da divisão formal do curso, avaliou-se cinco elementos representativos das habilidades a serem desenvolvidas: pontualidade, vinculação aos textos básicos, argumentação, correção da ideia e correção linguística. Houveram elementos externos que também influenciaram como a pressão advinda do exame da OAB, desinteresse ou falta de tempo para dedicar a leitura e compreensão dos textos, este fato gerou uma compreensão superficial dos conceitos dados, faltando precisão nas respostas dadas nas diversas atividades. Todavia, a compreensão geral se mostrou adequada, atingindo as expectativas do curso, é dizer houve um amplo desenvolvimento das capacidades de produção teórica em especial àquelas vinculadas a compreensão do Estado a partir da atual situação de crise social, política e econômica e seus reflexos no Estado Democrático de Direito.

A sistematização deve ser uma prioridade da política organizacional, devendo ser seu interesse prioritário a sistematização das experiências de forma eficaz e efetiva, tomando as medidas necessárias para torná-la viável desta forma a coleta e análise de dados quantitativos permite realizar os fundamentos da realização interativa a partir da realidade projetada à finalidade. Desta forma, com a finalidade de diluir a nota no decorrer do semestre em competências e habilidades o método se mostrou eficaz (Anexo 7) avaliando diversos quesitos possibilitou uma diluição das notas, nos quais nenhum dos quesitos tornou-se absoluto, permitiu avaliar a evolução do discente e seu comprometimento com a disciplina. O uso de critérios formais como pontualidade, correção da ideia e correção linguística, serviram como base de núcleo duro de nota, permitindo uma adequação da quantidade de atividades solicitadas a realidade dos alunos de quinto ano.

O fato se conforma com a teoria na qual o resultado do processo de ensino-aprendizagem é formado a partir de um processo de aproximações sucessivas que acompanhe a atividade de concretização da atividade inicial e o resultado a partir e em função dos fatores a ele intervenientes, que não ocorre de forma linear. É dizer não é um ato fortuito, mas um trabalho da vontade adequada à atenção e ao curso dos fatos atraído pelo conteúdo e pelo método de execução fluindo sua aplicação a partir de suas próprias forças. (VASCONCELLOS, 2012, p. 87)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do Estado é elemento fundamental ao desenvolvimento de qualquer área de atuação vinculada ao direito sendo função do professor universitário agir como um facilitador na transmissão destes conhecimentos. Compreender o Estado é compreender um objeto cultural, abstrato e ao mesmo tempo presente na vida de todos, demonstrar seus elementos, suas formas e sua forma de atuação é uma tarefa que vai mais além de simplesmente repetir conceitos de maneira enciclopédica, é necessário demonstrar e fazer sentir parte de cada processo para que haja sua compreensão.

O uso de filmes curtas e medias metragens das mais diversas formas documentários premiados, mídiaativismo, animações como elemento central na atividade de orientação do processo de ensino-aprendizagem permitiu aos discentes a percepção da teoria implicando em uma melhor análise dos fatos, ou seja, os fenômenos da realidade são aumentados para uma melhor compreensão deles mesmos

Todavia, essa metodologia não substitui os meios tradicionais, uma vez que permite uma compreensão dos cenários e dos processos é deficiente na aprendizagem focada em conceitos e conteúdos definidos. Levando a conclusões genéricas e pouco específicas. ´

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEÇAK, Rubens. *A separação de poderes, O Tribunal Constitucional e a judicialização da política*. In. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - FDUSP**, v. 103, p. 325-336, 2008.

BEÇAK, Rubens. *A Soberania, o Estado e sua Conceituação*. In **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 108, p. 343- 351, nov. 2013.

BEÇAK, Rubens. *Democracia moderna: sua evolução e o papel da deliberação*. In. **Revista de Informação Legislativa**, v. 50, p. 7-23, 2013.

BEÇAK, Rubens. *Estado de Direito, formas de Estado e Constituição*. In. **Revista Em Tempo** (Marília. Impresso), v. 10, p. 85-98, 2011.

BEÇAK, Rubens. *Governabilidade e sistema de Governo: a experiência presidencial brasileira pós 1988*. Jornal USP Ribeirão, Ribeirão Preto-SP, 10 ago. 2009.

BEÇAK, Rubens. *Sobre a origem das normas constitucionais: a identificação do campo ético-moral e sua relação com o direito*. In: **O direito e o futuro da pessoa: estudos em homenagem ao Professor Antonio Junqueira de Azevedo**[S.l: s.n.], 2011.

BEÇAK, Rubens; LONGH, João Victor Rozatti. *A democracia participativa e sua realização - perspectiva histórica e prospecção futura: o marco civil para regulamentação da internet no Brasil*. In **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.105, p. 185-210, jan. 2010.

BEÇAK, Rubens; OLIVEIRA, Douglas Couto de ; PEREIRA, Marcio Henrique . **A sociedade subjetivista e individualista brasileira atual: uma leitura jurídica a partir das raízes do Brasil**. In: 2ª Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, 2009, Ribeirão Preto. Caderno de resumo da Sessão de Comunicação, 2009.

CUNHA, Maria Isabel. *A docência como ação complexa*. In Maria Isabel Cunha (Org.). **Trajetórias e Lugares de Formação da Docência Universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional**. Araraquara.SP: Junqueira&Marin. Brasília-DF, CAPES. CNPq.2010. p. 19-24

Dalmo de Abreu. **O Futuro do Estado**. 2ª. Ed. Editora Saraiva, São Paulo: 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29 ed. Ed. Saraiva: São Paulo, 2010.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das Experiências: Algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Org.). **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. Aparecida-sp: Ideias & Letras, 2006. Cap. 8. p. 227-243.

LACERDA, Gabriel de Araújo. **Nazismo, cinema e direito**. Rio de Janeiro: Elsevier. FGV, 2012.

LEWANDOWSKI, Ricardo Enrique. **Globalização, Regionalização e Soberania**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

MOURA, M. O. ; ARAUJO, E.; RIBEIRO, F.; PANOSIAN, M. e MORETTI, V. Atividade orientadora de ensino, comunidade entre ensino e aprendizagem. In: MOURA, M.O. (org.) **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. Campinas: Autores Associados, 2016

RAWLE, Steven; et Al. *A Linguagem do Cinema: Coleção Fundamentos do Cinema*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Processo de Planejamento. In: VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 22. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2012. Cap. 3. p. 78-95. (Cadernos Pedagógicos Libertad; v.1).